



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº 13603.000953/2005-43
Recurso nº 137.390 Voluntário
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Acórdão nº 302-39.753
Sessão de 14 de agosto de 2008
Recorrente SOCORRO LUSO BRASILEIRO LTDA.
Recorrida DRF-BELO HORIZONTE/MG

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS
E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE
PEQUENO PORTO - SIMPLES**

EXERCÍCIO: 2001

Pendência junto à PGFN.

É requisito para optar e permanecer no Simples que a empresa mantenha a regularidade de suas obrigações tributárias junto à PGFN ou apresente prova incontestável de que eventuais débitos estejam com a exigibilidade suspensa.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da segunda câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

JUDITH DO AMARAL MARCONDÉS ARMANDO - Presidente

MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Corintho Oliveira Machado, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Marcelo Ribeiro Nogueira, Beatriz Veríssimo de Sena, Ricardo Paulo Rosa e Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro. Ausente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

Relatório

A empresa acima identificada recorre a este Conselho de Contribuintes, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte/MG.

Por bem descrever os fatos, adoto integralmente o relatório componente da decisão recorrida, às fls. 63/65, que transcrevo, a seguir:

"Trata o presente processo de manifestação de inconformidade contra o Despacho Decisório do Delegado da Receita Federal em Contagem/MG, fls. 45/46, que indeferiu o pleito da pessoa jurídica de sua opção com efeitos desde 01/01/2000 no Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples nos seguintes termos:

Analizando o sistema Projetos PGFN, constata-se a existência de quatro inscrições em dívida ativa da União (DAU) em nome da contribuinte: nºs. 60 6 99 006293-47 (realizada em 05/03/1999 e extinta em 09/07/2005), 60 6 99 006294-28 (realizada em 05/03/1999 e extinta em 06/11/2005), 60 6 99 006295-09 (realizada em 05/03/1999 e extinta em 31/12/2005), 60 6 99 006296-90 (realizada em 05/03/1999 e extinta em 03/07/2005), (fls. 24/36).

Haja vista que a última pendência junto à PGFN foi quitada apenas em 31/12/2005, até esta data perdurou a situação impeditiva à opção pelo sistema simplificado de tributação.

Cabe ressaltar que, anteriormente, a optante pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES foi excluída de ofício pelo Ato Declaratório DRF/Contagem nº 232.5126, de 2000, fl. 61, com efeitos a partir do 01/11/2000, com base nos fundamentos de fato e de direito indicados:

Pendências da Empresa junto a PGFN.

Cientificada em 04/04/2006, fl. 43, a requerente apresentou em 26/04/2006, fl. 44, a manifestação de inconformidade com as alegações abaixo sintetizadas.

Discorre sobre inteiro teor do Despacho Decisório manifestando sua inconformidade contra os seus termos:

Vimos por meio desta, apelar ao Sr. Delegado, para que julgue procedente o nosso recurso, uma vez que é de conhecimento de toda população, as dificuldades em que as empresas de pequeno porte vem atravessando, face a atual conjuntura econômica que o País se encontra.

De acordo com a decisão que indeferiu o reenquadramento no Simples, se deu face a pendências existentes junto a PGFN.

A empresa está passando por sérias dificuldades financeiras, se não for aceito o reenquadramento pelo Simples, seremos mais uma dentre tantas a ter que baixar as portas, com a consequente demissão de funcionário, o que ajudará mais ainda a elevar as estatísticas de pessoas a procura de um emprego.

Ao baixar as portas esta entidade ficará impossibilitada de efetuar o pagamento da pendência existente junto a PGFN.

“O Sr. Presidente da República há poucos meses, concedeu o perdão da dívida de um País pobre.”

O que esta pequena entidade, solicita é apenas o reenquadramento no Simples, para que a mesma possa vir a ter condições financeiras para honrar com seus compromissos. (grifos do original)

Em face do exposto, requer o deferimento da sua solicitação.

É o Relatório.”

O pleito foi indeferido, no julgamento de primeira instância, nos termos do acórdão DRJ/BHE nº 02-12.938, de 21/12/2006, proferida pelos membros da 4ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte/MG, às fls. 63/67, cuja ementa dispõe, *verbis*:

“Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Exercício: 2001

Dívida Ativa

Não pode optar pelo Simples a pessoa jurídica que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União.

“Solicitação Indeferida.”

Regularmente cientificado do Acórdão proferido, a Contribuinte, tempestivamente, protocolizou o Recurso Voluntário, no qual, basicamente, reproduz as razões de defesa constantes em sua peça impugnatória.

O processo foi distribuído a esta Conselheira, numerado até a fl. 74 (última), que trata do trâmite dos autos no âmbito deste Conselho.

É o relatório.

Voto

Conselheira Mércia Helena Trajano D'Amorim, Relatora

O presente recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade, razão por que dele tomo conhecimento.

Trata o presente processo, de exclusão de empresa do Simples, em virtude de "*Pendências da Empresa e/ou Sócios junto a PGFN*", *infração enquadrada no art. 9º, inc. XV da Lei nº 9.317/96, à época, verbis:*

"Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

XV – que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

São hipóteses impeditivas do enquadramento da pessoa jurídica no SIMPLES, relativamente a inscrições na dívida ativa, os débitos da própria optante e/ou do titular ou sócios que participem do seu capital com mais de 10% (dez por cento), cuja exigibilidade não esteja suspensa.

A identificação dos débitos que motivaram a exclusão foi trazida aos autos:

- o débito nº 60 6 99 006293-47 foi inscrito em 05/03/1999, está formalizado no processo nº 13603.200249/99-15 e se encontra extinto em 09/07/2005, fl. 24;

- o débito nº 60 6 99 006294-28 foi inscrito em 05/03/1999, está formalizado no processo nº 13603.200250/99-96 e se encontra extinto em 06/11/2005, fl. 27;

- o débito nº 60 6 99 006295-09 foi inscrito em 05/03/1999, está formalizado no processo nº 13603.200251/99-59 e se encontra extinto em 31/12/2005, fl. 31;

- o débito nº 60 6 99 006296-90 foi inscrito em 05/03/1999, está formalizado no processo nº 13603.200252/99-11 e se encontra extinto em 03/07/2005, fl. 35.

Observa-se, portanto, que em 01/01/2000, a recorrente tinha débitos inscritos em Dívida Ativa da União, cujas exigibilidades não estavam suspensas.

Portanto, os fatos levam à conclusão de que o indeferimento ao pleito, por conta da exclusão de ofício, através do Ato Declaratório DRF/Contagem nº 232.5126, de 2000, à fl. 61, com efeitos a partir do 01/11/2000, no Simples foi plenamente válido para o fim a que se destinava, tendo em vista que a recorrente, à época, em razão de ser devedora junto à PGFN,

com débito inscrito em Dívida Ativa sem que sua exigibilidade estivesse suspensa, configurando hipótese prevista no inciso XV, do artigo 9º da Lei 9.317/1996.

Quanto aos argumentos de que a DRJ não analisou as alegações de que a própria DRF não comprovou que a empresa tinha ciência do seu desenquadramento, no Simples, em 16/10/2000, uma vez que a cópia do ADE original não foi localizado na DRF. Não procede, pois a mesma manifestou-se em todos os momentos. E, mais, consta, nos autos, à fl. 39 informação do SIVEX, emitido o Ato Declaratório e à fl. 40, ratifica a entrega ao destinatário.

Diante do exposto, voto por que se negue provimento ao recurso voluntário interposto.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2008


MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - Relatora